

PORTUGAL PRECISA DE “VIRAR DE PÁGINA”

Numa reação à mensagem de Ano Novo do Presidente da República, André Coelho Lima, vice-Presidente do PSD, declarou que Portugal precisa de “virar de página” e, nessa medida, o PSD está a “lançar um novo rumo de esperança para todos os portugueses”



pág. 4

PSD

PSD RECEBEU A ASSOCIAÇÃO ZERO

Salvador Malheiro, vice-Presidente do PSD e coordenador nacional do CEN para o Ambiente e Energia, e Bruno Coimbra, coordenador dos deputados do PSD na Comissão de Ambiente receberam, dia 29, Francisco Ferreira e Rui Berkemeier



pág. 6

LOCAIS

CÂMARA DE TONDELA APROVA ORÇAMENTO PARA 2022

A requalificação do Centro Tecnológico, a reabilitação da Frente Ribeirinha, a conclusão da ETAR do Lajedo e o fecho da Rede de Água e Saneamento no Caramulo são alguns dos projetos contemplados



pág. 8

REGIONAIS

BOLIEIRO GARANTE APOIO ÀS FAMÍLIAS AFETADAS PELO MAU TEMPO

José Manuel Bolieiro garantiu “apoio e solidariedade” do executivo regional, em articulação com a Câmara de Ponta Delgada, para as famílias das Feteiras que viram as casas afetadas pelo mau tempo no final do ano

ANDRÉ COELHO LIMA REAGE À MENSAGEM DE ANO NOVO DO PR

PSD QUER “PROTAGONIZAR VIRAR DE PÁGINA QUE O PAÍS PRECISA”

Numa reação à mensagem de Ano Novo do Presidente da República, André Coelho Lima, vice-Presidente do PSD, defendeu que Portugal precisa de “virar de página” e, nessa medida, o PSD está a “lançar um novo rumo de esperança para todos os portugueses”.

“É obviamente com sentido de dever e com muita proximidade das palavras do senhor Presidente da República que nos associamos à necessidade do virar de página do nosso país”, referiu André Coelho Lima, em Guimarães, no sábado, 1 de janeiro de 2022.

André Coelho Lima sublinhou que a mensagem do chefe de Estado “assentou muito na pandemia”, “na paragem económica, assentou muito na crise social, assentou muito também em algo que é muito importante para o PSD, na descompensação das pessoas, ou seja, os efeitos indiretos ou laterais da pandemia”. Mas, “sobretudo, assentou a sua mensagem na esperança, naquilo que a viragem deste novo ano e na proximidade que temos de um ato eleitoral, das eleições legislativas, o que significa também para haver um virar de página a que se referiu o senhor Presidente da República”, declarou.

Segundo André Coelho Lima, o PSD “apresenta-se naturalmente com toda a humildade a estas eleições com o objetivo de as vencer”, para “protagonizar esse virar de página, para protagonizar essa ambição, esses novos momentos que o país precisa”. “Aquilo que foi aliás dito, que é, nós podemos fazer muito e muito mais, é exatamente isso que nos mobiliza e é essa dimensão de esperança e de ambição da mensagem do senhor Presidente da República que também tem o PSD, com a qual se apresenta nas próximas eleições”, acrescentou.

André Coelho Lima salientou também que, para o PSD, é “muitíssimo importante” cuidar “das pessoas mais sacrificadas pela pandemia”, nomeadamente os idosos com pensões baixas e que “têm dificuldades para pagar medicamentos”. “Numa altura destas, numa altura de novo ano, numa altura de reinventar e numa altura de virar a página”, estes portugueses devem “ser também o centro das preocupações”, precisou.

“OS MALES DO PAÍS NÃO SE PRENDEM APENAS COM A PANDEMIA”

André Coelho Lima, vice-Presidente do PSD, considera “contida, geral e abstrata” a mensagem de Natal do Primeiro-Ministro, por incidir “apenas” nos efeitos da pandemia de covid-19. “Ao incidir a mensagem apenas e só na pandemia e numa análise geral sobre os efeitos desta, o senhor Primeiro-Ministro permite que passe a impressão que o que esteja a correr mal no nosso país se deve apenas e só aos efeitos diretos ou indiretos da pandemia e, todos sabemos, não ser verdade”, afirmou.

Numa reação à mensagem de Natal do chefe do Governo, dia 25 de dezembro de 2021, André Coelho Lima sublinha que “não é verdade” que a pandemia seja “o mal principal no nosso país”, quando os portugueses se deparam com problemas graves na “economia, na saúde e na educação”. “Passou a ideia de que a pandemia é o mal principal no nosso país, mas isso não é verdade”, vincou.

O vice-Presidente do PSD referiu ainda que o agradecimento que o Primeiro-Ministro dirigiu aos profissionais de saúde devia ter sido “em dobro”, porque muitas das “difíceis condições” que estão a viver nos hospitais e centros de saúde e muitas das demissões dos corpos



clínicos não são consequência da covid-19, mas sim das condições de trabalho em que se encontram. “O senhor Primeiro-Ministro é quem tem a função, a obrigação e o dever por força das funções que exerce de também conduzir o país e, digamos que, faltou uma mensagem no

sentido do que fazer para além daquilo que analisou”, ressaltou.

Para o vice-Presidente do PSD, a mensagem do Primeiro-Ministro foi, assim, “contida e abstrata”, unicamente preocupada com o período pré-eleitoral.



PSD ACUSA GOVERNO DE QUERER TRANSFORMAR “PEDREIRAS EM LIXEIRAS” PARA ESCONDER FRACASSO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS

O Governo do PS pretende varrer para debaixo do tapete, neste caso para o subsolo, os problemas que não tem conseguido resolver em matéria de ambiente. O enchimento de pedreiras com resíduos de construção é uma solução de fim de linha, com riscos para as populações e para os recursos naturais, que reflete a incapacidade de reciclar e de dar outro destino a materiais que podem ser reaproveitados numa lógica de economia circular.

Em 30 de novembro de 2021, a revista “Visão” noticiou que há “via aberta para colocar solos contaminados nas pedreiras – é assim que está a ser considerada, no setor do ambiente, entre empresas e ambientalistas, a nota técnica relativa a operações de enchimento de vazios de escavação que saiu este mês”.

A situação só não é mais grave porque o PSD pediu a Apreciação Parlamentar do decreto-lei n.º 102-D que aprova o regime geral da gestão de resíduos e o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro, um diploma feito à pressa pelo governo com múltiplas lacunas, tendo conseguido introduzir alterações para evitar esta situação.

A APA, em resposta ao artigo da “Visão”, publicou na sua página de internet um esclarecimento onde afirma: “Importa salientar que com a publicação da nova legislação foram significativamente reduzidas as tipologias de resíduos passíveis de ser utilizadas em operações de enchimento de vazios de escavação”.

Infelizmente, e apesar da ação do grupo parlamentar do PSD na imposição de maiores restrições, continuam a não estar salvaguardados todos os aspetos de segurança e de proteção do ambiente. Não se compreende como será possível que resíduos contendo vidro ou fibrocimento possam ter como destino pedreiras e outros locais semelhantes.

O deputado Bruno Coimbra, coordenador do PSD na Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, defende que “é necessário olhar para este assunto com uma perspetiva mais abrangente para compreender as razões que poderão justificar este reiterado interesse em ter vazios de construção preenchidos com resíduos. É, na verdade, um reflexo do falhanço generalizado na política de resíduos, as metas transformaram-se em miragens e há incapacidade em reformar o setor”.

As evidências estão no último Relatório do Estado do Ambiente 2020-2021, publicado a 17 de dezembro. A produção de Resíduos Urbanos tem crescido desde 2013, quando já deveríamos ter invertido a tendência (até subimos 0,1% face a 2019). A taxa de preparação para reutilização e reciclagem ficou nos 38% não atingindo a meta de 50%. A deposição de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) em aterro aumentou para 53% quando era preciso descer para 35%. Continuamos a remeter para aterro 40,8% dos Resíduos Urbanos em Portugal, um valor excessivamente elevado e que conduzirá ao esgotamento da capacidade da receção dos aterros que, em muitos casos, recebem também resíduos industriais.

Para reduzir a pressão sobre estas infraestruturas é necessário encontrar outras soluções para resíduos como aqueles que são resultantes da construção e demolição de edifícios. É aqui que entraram as pedreiras e outros locais com necessidades de enchimento. Face ao esgo-



tamento de aterros e face à incapacidade de colocar este fluxo a funcionar, criando circuitos de recolha e reciclagem adequados, procura-se “varrer” o problema para o subsolo, com todos os riscos inerentes.

Contudo, o subsolo está completamente desprotegido após seis anos inércia e incúria governativa. O projeto legislativo relativo à Prevenção da Contaminação e Remediação dos Solos (PRoSolos) ficou na gaveta desde 2015. Estabeleceria o regime jurídico da prevenção da contaminação e remediação dos solos, com vista à salvaguarda do ambiente e da saúde humana, fixando o processo de avaliação da qualidade e de remediação do solo, bem como a responsabilização pela sua contaminação, assente nos princípios do poluidor-pagador e da responsabilidade. Com este regime por concluir, Portugal continua a ser dos países mais desprotegidos da União Europeia. São públicos vários casos graves que envolvem solos contaminados e riscos para as populações locais. Em Matosinhos, o próprio Primeiro-Ministro reconheceu que o encerramento da refinaria da GALP estava a descuar a proteção do solo e o interesse das populações.

O PSD, ao longo das duas últimas legislaturas, exigiu a publicação do regime ProSolos e introduziu alterações em vários diplomas legais para reduzir os riscos ambientais. Em 2021, requereu duas importantes Apreciações Parlamentares - do Regime Geral de Gestão de Resíduos e da Lei das Minas - onde o PSD conseguiu aprovar vários artigos. Nestes e noutros casos vimos o governo a agir com pressa, arrogância e desprezo por quem não pactua com as suas intenções.

Num momento em que se avizinham eleições legislativas importa assumir o compromisso com a correção do descalabro na política de resíduos para evitar que se generalizem soluções de fim de linha, como “pedreiras transformadas em lixeiras”, e que se cumpram as metas que existem para o setor.

Depois do Governo ter mantido na gaveta durante seis anos o diploma ProSolos, e após múltiplas interpelações do Grupo Parlamentar do PSD face à irresponsabilidade do PS nesta matéria, defendemos a publicação e atualização urgente deste regime legal para proteger as populações de solos contaminados e de outros passivos ambientais que tardam em ser corrigidos.



PSD RECEBEU A ASSOCIAÇÃO ZERO

Salvador Malheiro, vice-Presidente do PSD e coordenador nacional do CEN para o Ambiente e Energia, e Bruno Coimbra, Secretário-geral do CEN e coordenador do grupo parlamentar do PSD na Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, receberam, dia 29, Francisco Ferreira e Rui Berkemeier da Associação ZERO.

Na reunião, foram analisados vários pontos referentes à área do Ambiente, tendo sido transmitida pelos social-democratas uma grande concordância com os pontos apresentados pela associação no Manifesto recentemente divulgado, que contem várias propostas de diferentes áreas para que a sustentabilidade seja o elemento estruturante das políticas públicas na próxima legislatura.

No encontro, foram abordados temas como a descarbonização, energias renováveis, planos municipais de descarbonização, água e recursos hídricos, uso eficiente de recursos, avaliação de impacto ambiental, ordenamento do território e economia circular.

Esta reunião foi pedida pelo PSD no âmbito da preparação da área de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território do programa eleitoral para as eleições legislativas do próximo dia 30 de janeiro de 2022, estando ainda previstas mais reuniões sobre este setor.

LEGISLATIVAS 22

QUARTA-FEIRA, **5 JANEIRO**

**21H00: DEBATE
PSD VS BE**

SIC

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

PSD QUER MEDIDAS PARA RESOLVER CONSTRANGIMENTOS NO SETOR DO AZEITE



O PSD questionou a ministra da Agricultura sobre os constrangimentos na recolha para transformação do produto do azeite devido à incapacidade das unidades extratoras para absorver a totalidade da produção nacional.

Numa pergunta ao Governo, dia 29 de dezembro de 2021, os deputados sociais-democratas lembram que o “crescimento acentuado” do setor nos últimos anos e o seu “aumento da capacidade produtiva” não foram acompanhados por “investimentos ao nível da transformação das unidades extratoras”.

O PSD pretende saber se o Ministério da Agricultura tem conhecimento do “risco de paralisação” do setor olivícola por “incapacidade dos lagares na recolha de bagaço” de azeite e, em caso afirmativo, “qual a solução global delineada a curto prazo para a resolução dos problemas que os constrangimentos em causa implicam”.

Adão Silva, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, que assina o documento enviado à ministra, questiona ainda se está previsto o apoio à instalação de unidades extratoras mais pequenas, funcionais e próximas dos lagares e quais os apoios previstos para esse efeito.

Os parlamentares sociais-democratas querem saber, também, quais dos fundos comunitários poderão apoiar o investimento “que supere a lacuna que o país tem no tratamento de produtos e subprodutos do olival”, assim como qual a estratégia nacional para evitar que o crescimento da produção olivícola seja “comprometido”.

O setor oleícola em Portugal representa uma importante área agrícola com mais de 360 mil hectares, correspondendo a 9.5% da superfície agrícola útil, e abrangendo 118 mil explorações agrícolas (45% do total), de Norte a Sul do país.

O PSD pergunta:

1. Tem o Ministério da Agricultura conhecimento do risco de paralisação por incapacidade dos lagares na recolha de bagaço? Se sim, qual a solução global delineada a curto prazo para a resolução que os constrangimentos em causa implicam?

2. Está ou não prevista a possibilidade de apoiar a instalação de unidades mais pequenas, mais próximas dos lagares e mais funcionais? Se sim, que apoio é previsto?

3. No âmbito do novo quadro comunitário de apoio e de novos instrumentos de apoio pós 2021, quais dos Fundos Comunitários poderão apoiar investimento que supere a lacuna que o país tem no tratamento de produtos e subprodutos do olival? Qual a estratégia nacional que evite o comprometimento do crescimento da produção olivícola?



CÂMARA DE TONDELA APROVA ORÇAMENTO PARA 2022



A Câmara de Tondela aprovou dia 27 de dezembro, com os votos a favor da maioria PSD e contra dos vereadores da oposição (PS), o orçamento para 2022, no valor de mais de 40 milhões de euros.

“A Câmara Municipal de Tondela aprovou um orçamento que ultrapassa os 40 milhões de euros para 2022 e é realizado num contexto de constrangimentos, quer no domínio da sua natureza, quer nas variáveis externas, em consequência da crise pandémica vivida”, afirma o presidente da autarquia.

José António Jesus refere, de acordo com o mesmo comunicado, que o valor aprovado, que é idêntico ao do orçamento deste ano, “é condicionado por um conjunto de obras estruturais e investimentos, cujo plano de execução se arrasta para 2022, devido à pandemia”.

“Muito por força das dificuldades que as empresas vão sentindo por todo o país, quer no fornecimento de bens e serviços, quer nos próprios operadores”, justifica o autarca social-democrata que exemplifica “algumas obras estruturantes” que transitam para o próximo ano.

A requalificação do Centro Tecnológico e de Empreendedorismo, a reabilitação da Frente Ribeirinha, a conclusão da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) do Lajedo e o fecho da Rede de Água e Saneamento no Caramulo, são alguns desses empreendimentos.

O orçamento do próximo ano, explica o autarca, contabiliza também “as implicações das transferências de competências, nomeadamente no domínio da educação e da saúde e ainda na área social”.

“Com particular ênfase nos transportes, em equipamentos e na requalificação de unidades de saúde, salientando-se a reconstrução integral da Unidade de Saúde Familiar (USF) de Tondela, que faz parte das grandes opções do plano para 2022”, destaca o autarca.

O documento projeta “reforçar o investimento no domínio das atividades económicas, com a contínua intervenção na expansão das áreas de acolhimento empresarial” de onde faz parte “a ampliação da Zona Industrial Municipal da Adiça Tondela” que foi alvo de uma candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), para a “qualificação dos serviços” aí existentes.

“O orçamento contempla também o desenvolvimento da Estratégia Local de Habitação, tal como a definição de instrumentos que permitam captar promotores para oferta de habitação a custos controlados”, refere.

Na área ambiental, o presidente deste município do distrito de Viseu, realça “o investimento na beneficiação e requalificação de infraestruturas, no âmbito da Associação de Municípios para o Sistema Intermunicipal de Águas Residuais (AINTAR)”, da qual o concelho de Tondela faz parte.

O orçamento da Câmara Municipal de Tondela para 2022, foi aprovado na reunião do executivo e, à semelhança do de 2021, passou com os votos contrários do PS, e atingiu, igualmente, um valor “superior a 40 milhões de euros”.

POMBAL QUER ACABAR COM HABITAÇÃO INDIGNA ONDE VIVEM 295 FAMÍLIAS

A Câmara de Pombal pretende acabar com a habitação indigna no concelho, aquela que apresenta insalubridade e insegurança, precariedade, sobrelotação ou inadequação, e onde vivem 295 famílias, anunciou o município presidido por Pedro Pimpão.

Numa nota de imprensa, a autarquia do distrito de Leiria refere que a Assembleia Municipal aprovou a Estratégia Local de Habitação de Pombal, documento que “prevê a eliminação das situações de habitação indigna no concelho, que abrangem 295 agregados familiares”.

A elaboração do documento começou “com um diagnóstico através de um processo participado pelos diversos atores sociais do concelho, tendo-se verificado um trabalho conjunto entre o município, as comissões sociais de freguesia e inter-freguesias e o Instituto da Segurança Social”, explica a nota.

“Nesta fase do processo, foram identificados 295 agregados familiares em condição habitacional indigna, abrangendo um total de 628 pessoas. Destas, 414 encontram-se com condição habitacional precária, 127 em insalubridade e insegurança, 49 em sobrelotação e 38 em inadequação”, adianta.

Já na fase de elaboração da Estratégia Local de Habitação, “foi dada continuidade ao processo de construção participado, voltando a contar o apoio das comissões sociais de freguesia e inter-freguesias, tendo sido realizadas reuniões individualizadas com cada uma das 13 juntas de freguesia, com vista à identificação de soluções habitacionais adequadas que pudessem existir em cada uma das freguesias”.

O Município de Pombal sustenta que “a Estratégia Local de Habitação se foca nos agregados financeiramente carenciados a viver em condições indignas, cujo principal objetivo é o acesso a uma solução habitacional adequada, financiada através do 1.º Direito”.

O 1.º Direito é um Programa de Apoio ao Acesso à Habitação que visa apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada, refere o sítio na Internet da iniciativa governamental.

A Estratégia Local de Habitação “é um mecanismo fundamental para a candidatura do município ao 1.º Direito”, acrescenta a autarquia.

“Não obstante a efetiva necessidade de atuar com urgência nas situações limite, há a considerar um grupo considerável da população que, não sendo considerado financeiramente carenciado, por força da atual realidade do mercado imobiliário não consegue aceder a uma habitação condigna”, salienta.



Segundo a nota de imprensa, “o documento considera como um dos grandes problemas identificados, no que concerne à habitação no concelho, a falta de oferta de habitação com rendas acessíveis, o que dificulta de forma substancial o acesso dos agregados a uma habitação condigna e adaptada às suas necessidades e características”.

O presidente da Câmara de Pombal admitiu ter ficado surpreendido com o diagnóstico, reconhecendo que “deu para ter perfeita noção das condições das casas”. “Não há dúvida de que a habitação é um direito fundamental e é uma obrigação de todos contribuir para a melhoria das condições de vida da população. Este é um instrumento que temos à disposição para ajudar as pessoas que precisam de ter uma habitação digna”, continuou.

Pedro Pimpão esclareceu que o passo seguinte é reunir-se com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana para ver que financiamentos existem para “começar a fazer intervenções que respondam às necessidades identificadas nessa estratégia”.

Além disso, o autarca reconheceu que o “mercado de habitação do concelho é pouco dinâmico e precisa de ser mais estimulado”, considerando o documento agora aprovado como “relevante para aumentar a oferta de habitação em Pombal”.

“Vamos agora avaliar, com os programas que existem, no sentido de encontrar mais habitação e para que o mercado de arrendamento seja mais flexível e com valores mais suportáveis pelas famílias”, declarou Pedro Pimpão.

VIMIOSO APROVA ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 13,2 MILHÕES DE EUROS

O Plano e Orçamento do município de Vimioso para 2022 terá uma dotação financeira de 13,2 milhões de euros e foi aprovado por maioria em Assembleia Municipal, na reunião de 27 de dezembro de 2021.

“Este documento, agora aprovado por maioria tanto pelo Executivo Municipal como pela Assembleia Municipal, visa terminar os investimentos que vinham dos dois orçamentos anteriores e que têm a ver com a aplicação de fundos comunitários. Estamos a falar nas despesas de capital”, explicou o social-democrata, Jorge Fidalgo.

Destes investimentos, o autarca destaca as áreas da reabilitação urbana, tais como os arranjos urbanísticos em Vimioso, a intervenção na avenida de Argozelo, ou os projetos no âmbito do PREVERE, como os Centros de Dinamização de Caçarelhos ou Santulhão, obras que o município quer terminar em 2022.

A conclusão das obras em cursos no Posto da GNR de Vimioso é outros propósitos e está orçado em 850 mil euros.

O autarca espera ainda que quando for apurado o saldo de gerência “possa haver algumas alterações ao Plano Plurianual de Investimentos porque haverá maior disponibilidade financeira para investimento”.

A requalificação de um novo açude no rio Anqueira

para reforço de abastecimento de água à população é outra das prioridades inscritas neste Plano e Orçamento deste município do distrito de Bragança.

O autarca salienta que 85% do orçamento do município de Vimioso depende das transferências do Orçamento de Estado (OE), sendo “gasto em despesas correntes”.

“Dos 13,2 milhões de euros contemplados no orçamento municipal, há 4,5 milhões para investimento de capital e 8,8 milhões de euros para despesas correntes. Mesmo assim, ainda conseguimos ter um excedente das receitas correntes de cerca de 320 mil euros que nos permite aumentar o investimento nas despesas de capital”, explicou Jorge Fidalgo.

A câmara de Vimioso tem uma dívida “residual”, mas depende de fundos comunitários para alavancar alguns projetos municipais.

“Não queremos estar a fazer investimentos que comprometam a saúde financeira do município”, observou.

No que toca aos impostos municipais, a taxa de IMI será de 0,3% sobre os prédios urbanos e de 0,8% sobre os prédios rústicos, com redução do imposto a pagar nos prédios destinados à residência permanente dos sujeitos passivos com dependentes a cargo.

O município de Vimioso não aplica a Derrama municipal.





BOLIEIRO GARANTE APOIO ÀS FAMÍLIAS AFETADAS PELO MAU TEMPO

O presidente do Governo dos Açores garantiu “apoio e solidariedade” do executivo regional, em articulação com a Câmara de Ponta Delgada, para as 15 pessoas das Feteiras que viram as suas casas afetadas pelo mau tempo no final do ano.

José Manuel Bolieiro referia-se, dia 31, ao alojamento, limpeza e recuperação das 13 casas e respetivo mobiliário e eletrodomésticos, danificados pelas inundações de lama provocadas pelo transbordo de uma ribeira naquela freguesia do concelho de Ponta Delgada.

De acordo com Bolieiro, que falava no local, as famílias que passaram a noite em casa de familiares “já estão todas realojadas, com os serviços sociais do município e do governo a tratar do assunto”.

“Está tudo encaminhado”, frisou.

Questionado sobre a recuperação de bens danificados pela enxurrada, o presidente do Governo Regional indicou que “podem as populações contar com a máxima solidariedade e apoio para retomar a normalidade depois desta situação”.

Alertando para o “impacto real das alterações climáticas” no arquipélago, um “território difícil” e vulnerável às mesmas, Bolieiro disse querer “implementar o mais rápido possível” o Plano de Gestão para os Riscos de Inundações preparado pelo executivo.

O governante indicou também terem sido “resolvidas com prontidão e eficácia” a “maior parte das ocorrências” relacionadas com o mau tempo, nomeadamente na ilha de São Miguel, onde se localizaram a maioria dos incidentes (76, num total de 87 em todo o arquipélago, durante a madrugada e manhã de hoje, segundo a Proteção Civil regional).

Saudando os serviços pela resposta célere, José Manuel Bolieiro indicou a resolução da maioria dos cortes de vias.

Bolieiro esclareceu que os serviços estão a “percorrer todas as vias e ribeiras para conter o mais possível” futuras situações, “porque mau tempo vai continuar”.

Além disso, acrescentou, tanto quanto à “recuperação dos prejuízos públicos e nas propriedades privadas, a população pode contar com a colaboração pronta do governo”.

A Proteção Civil de Ponta Delgada dedicou dias para a limpeza dos estragos provocados pelo mau tempo nas Feteiras.

O mau tempo nos Açores obrigou a realojar 15 pessoas depois de uma ribeira ter transbordado na freguesia das Feteiras, concelho de Ponta Delgada, provocando o arrastamento de 15 viaturas e afetando 13 residências.

VASCO CORDEIRO APRESENTA “PROPOSTAS FICTÍCIAS”



Na sequência da divulgação pública de uma carta endereçada pelo deputado socialista Vasco Cordeiro ao Presidente do Governo Regional, veio o grupo parlamentar do PSD/Açores manifestar o seguinte: “Em mais uma tentativa de aproveitamento político da situação pandémica, o deputado Vasco Cordeiro caiu agora no ridículo de apresentar um conjunto de propostas fictícias, que mais não são do que medidas já concretizadas ou anunciadas pelo Governo Regional.

É muito fácil vir agora propor aquilo que o atual Governo dos Açores já está a fazer. O que se esperava do deputado Vasco Cordeiro era que dissesse aos açorianos o que faria de diferente no combate à pandemia – tinha essa obrigação. Mas face às propostas fictícias que apresentou, já se percebeu que o deputado Vasco Cordeiro nada faria de diferente em relação à estratégia do Governo dos Açores.

Aliás, há poucas semanas, no debate do Orçamento da Região para 2022, o deputado Vasco Cordeiro e o Partido Socialista tiveram oportunidade de apresentar propostas concretas para o futuro da Região. Lamentavelmente, não apresentaram uma única proposta, algo inédito na história da autonomia.

Uma das propostas fictícias do deputado Vasco Cordeiro diz respeito ao reforço da testagem, algo que o Governo dos Açores já pôs em prática nas últimas semanas, como se comprova pelo aumento de testes face a um aumento da transmissibilidade da variante Ómicron. Só na véspera de Natal foram realizados cerca de 2.200 testes na Região, incluindo uma operação de testagem aberta a toda a população da ilha de São Miguel.

Recorde-se que foi o atual Governo dos Açores que iniciou as operações de testagem massiva, um processo que o Partido Socialista chegou a classificar, imagine-se, de ‘show off’.

Outra das propostas fictícias do deputado Vasco Cordeiro é relativa à identificação de cadeias de transmissão, como se alguma vez esta tivesse deixado de ser feita. Diariamente, o Serviço Regional de Saúde faz a avaliação epidemiológica aos contactos de alto risco, de baixo risco, de primeira e de segunda linha. Dizer o contrário é promover a desinformação. O que este Governo Regional não faz é esconder a existência de transmissão comunitária, como fez a governação socialista.

O deputado Vasco Cordeiro completou o seu conjunto de propostas fictícias com algumas considerações vagas sobre a vacinação contra a Covid-19 de crianças entre os 5 e os 11 anos, apesar do Secretário Regional da Saúde já ter anunciado que o processo irá arrancar no início de janeiro. O que o deputado Vasco Cordeiro, certamente por desconhecimento, recusa perceber é que, desde o início da vacinação, o Governo dos Açores priorizou o processo para os grupos de risco, que podem desenvolver casos graves da doença quando contagiados, como são os idosos que necessitam de uma dose de reforço.

O PSD/Açores lamenta ainda que o deputado Vasco Cordeiro tenha tentado promover a desinformação acerca dos custos dos testes nas unidades de saúde da Região. O deputado Vasco Cordeiro quis, deliberadamente, enganar os açorianos, pois sabe que nunca nenhum contacto de alto ou baixo risco foi obrigado a pagar o que quer que fosse para ser testado.

O que a portaria em causa – publicada há 10 meses – permitiu foi que qualquer utente que esteja numa ilha sem laboratórios privados e necessite, por motivos pessoais ou profissionais, ser testado, o possa fazer nas Unidades de Saúde dessas ilhas. Quando o Partido Socialista governava, estes utentes tinham de deslocar-se a outra ilha para fazer um simples teste PCR.

Em suma, o deputado Vasco Cordeiro limita-se a exibir um conjunto de propostas fictícias, dizendo ao Governo dos Açores que este faça o que já está a fazer, e tenta, irresponsavelmente, fomentar a desinformação sobre questões relacionadas com a pandemia’.

GOVERNO DOS AÇORES QUALIFICA DE “INTERESSANTE” CRIAR MUSEU NAS INSTALAÇÕES DA SINAGA

A secretária da Cultura, Ciência e Transição Digital do Governo dos Açores considera “interessante” criar um núcleo museológico nas instalações da extinta açucareira SINAGA, em Ponta Delgada, mostrando-se disponível para ouvir as “forças vivas” da sociedade.

Ouvida na comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Regional, dia 3, Susete Amaro reconheceu o “interesse histórico e cultural” do património da SINAGA, uma posição que também foi manifestada pelo secretário das Finanças, Planeamento e Administração Pública, Bastos e Silva, na mesma comissão.

“No que diz respeito à intenção de criar um núcleo museológico neste complexo da fábrica da SINAGA, efetivamente, considera-se a ideia interessante, até porque existe pouca coisa a esse nível na região, de arqueologia industrial”, afirmou.

A titular da pasta da Cultura no executivo açoriano salientou também ser possível reverter a antiga fábrica num centro interpretativo ou dar uma “utilidade de caráter mais económico e comercial à área”.

A posição final do governo vai “depende do que for a intenção das forças vivas e da população”.

“Estaremos disponíveis para aquilo que a população e as forças vivas entenderem que deva ser o uso a dar a essas estruturas industriais”, afirmou Susete Amaro.

A governante foi ouvida no âmbito da criação de um Núcleo Museológico da Indústria Açoriana dos séculos XIX e XX, que propõe a proteção do património da SINAGA, e do projeto do PSD para a reconversão da Casa da Balança em equipamento social.

No âmbito dos mesmos diplomas, o secretário regional das Finanças, Bastos e Silva, declarou ser necessário proceder à “definição dos imóveis de interesse público” presentes no complexo industrial da SINAGA.



Bastos e Silva defendeu que a “definição do conteúdo de um centro de interpretação ou de um núcleo museológico” deve ser feita em articulação com a secretaria da Cultura e as “forças vivas” da sociedade.

A Fábrica do Açúcar foi instalada na freguesia de Santa Clara em 1906, tendo sido comprada pela SINAGA em 1969. Desde 2010, tinha uma participação de 51% do Governo Regional.

CÂMARA DO FUNCHAL CRIA PROGRAMAS DE APOIO AO COMÉRCIO



A Câmara Municipal do Funchal vai criar duas novas linhas de apoio ao comércio tradicional, em 2022, com uma dotação global de 1,4 milhões de euros, anunciou, dia 27 de dezembro de 2021, o presidente da autarquia, Pedro Calado.

“Queremos dar uma palavra de confiança e de segurança aos empresários para o futuro”, disse, sublinhando, no entanto, que o objetivo da autarquia passa por evitar a subsídio-dependência e estimular as atividades comerciais através da atração de mais pessoas ao centro da cidade.

Pedro Calado, que lidera o executivo camarário de coligação PSD/CDS-PP, falava na cerimónia de encerramento dos programas de apoio municipal “Superar” e “Lojas Com Interesse”, criados em 2020, por causa das quebras de faturação e o fecho dos estabelecimentos devido à crise provocada pela pandemia de covid-19.

O programa “Superar” teve uma dotação de 525 mil euros e uma taxa de execução de 83%, beneficiando 107 empresários através da atribuição de um salário mínimo, para apoiar a manutenção de postos de trabalho.

Por outro lado, o programa “Lojas Com Interesse” teve uma dotação de 260 mil euros e uma taxa de execução de 27%, concedendo apoios a 24 empresários para pequenas obras de manutenção nos estabelecimentos.

O presidente da Câmara Municipal do Funchal afirmou que as novas linhas de dinamização do comércio e incentivo ao empreendedorismo – uma no valor de 1,1 milhões de euros, outra orçada em 300 mil euros – serão complementadas com outras

iniciativas, como a organização regular de eventos, no sentido de atrair mais pessoas à baixa da cidade, onde se concentra a maioria dos estabelecimentos de comércio tradicional.

“2022 será um ano propício à retoma económica, não sejamos pessimistas”, afirmou Pedro Calado, indicando que o executivo municipal pretende também “reduzir ao máximo” a carga fiscal e as taxas cobradas aos comerciantes.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



DISTRITAIS

UISEU

Nos termos dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia Distrital do PSD de Viseu, para reunir (ON-LINE) no próximo dia 14 de janeiro (sexta-feira) de 2022, pelas 21H00. Com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Eleições Legislativas

O link para a referida reunião será enviado até 24h antes da hora marcada.

SECÇÕES

ALCOCHETE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se todos os militantes dotados de capacidade eleitoral ativa da Secção Concelhia de Alcochete, para reunir em Assembleia de Secção no dia 5 de fevereiro (sábado) de 2022, pelas 15H00 na Sede do PSD/Alcochete, sita na Rua do Paço nº 8, em Alcochete, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Mesa da Assembleia da Secção de Alcochete;
2. Comissão Política da Secção de Alcochete.

Notas: A Eleição decorrerá entre as 15H00 e as 20H00 na Sede da Concelhia.

As listas candidatas a Presidente da Mesa da Assembleia de Secção e para a Comissão Política devem ser apresentadas ao Presidente da Mesa, ou a quem legalmente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na Sede Concelhia de Alcochete.

BAIÃO

Ao abrigo dos Estatutos e Regulamento do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes do PSD/Baião para reunir no próximo dia 15 de janeiro (sábado) de 2022, pelas 21H00, no Auditório da Escola Secundária de Baião, sita na Rua Engº Adelino Amaro da Costa, apartado 33, Campelo, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações da Presidente da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Informações da Presidente da Comissão Política de Secção;
3. Apresentação do relatório de contas da Campanha Autárquica de 2021;
4. Informações e preparação da campanha para as Legislativas de 30 de janeiro;
5. Análise da situação política local;
6. Outros assuntos.

COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Coimbra para reunião ordinária da Assembleia de Secção de Coimbra, a realizar no próximo dia 14 de janeiro, (sexta-feira) de 2022 pelas 21H00, na Sede do PSD, em Coimbra, sita, na Rua Lourenço Almeida Azevedo, nº16, em Coimbra, num formato híbrido, isto é, ou presencial na sede do PSD ou por videoconferência (ZOOM) através do seguinte link: <https://us06web.zoom.us/j/82217543899?pwd=VmVMbnQ2SzYrT1dkSFM5TCtFV0REQT09>,

Com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Objetivos do mandato;
 2. Análise da situação política, eleições legislativas;
 3. Outros assuntos.
- ID da reunião: 822 1754 3899
Senha de acesso: 528330

ESTREMOZ

Ao abrigo dos Estatutos e Regulamentos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes dotados com capacidade eleitoral ativa da Secção de Estremoz, para reunirem em Assembleia, no dia 5 de fevereiro (sábado) de 2022, pelas 15H00, na Sede Concelhia do PSD/Estremoz, sita no Largo Dragões Olivença, nº 89, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas das 15H00 às 19H00.

As listas candidatas aos diferentes órgãos, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede do PSD/Estremoz, sita no Largo Dragões Olivença nº 89.

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Leiria, para reunir, no próximo dia 05 de fevereiro (sábado) de 2022, pelas 14H00, na Sede, sita na Av. Dr. José Jardim, nº 32, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Eleição dos órgãos de Secção.

1. Mesa da Assembleia de Secção;
2. Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas das 14h00 às 20h00.

POVOA DO VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes da Secção da Póvoa do Varzim, para reunir no dia 14 de janeiro (sexta-feira) de 2022, pelas 21H00, no Museu Municipal, sita na Rua Visconde de Azevedo, nº 17, Póvoa do Varzim, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apreciação do Relatório e Contas do ano 2021;
3. Análise da situação política,
4. Outros assuntos de interesse

RESENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção Concelhia de Resende do Partido Social Democrata, para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 22 de janeiro (sábado) de 2022, pelas 17H00, sita na Rua António Caetano de Moura (sede do PSD), com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Análise, discussão e aprovação do relatório de contas do ano de 2021;
2. Outros Assuntos.

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com



V CONSELHO DISTRITAL ORDINÁRIO

Nos termos do artigo 64.º dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a quinta reunião ordinária do Conselho Distrital de Castelo Branco da JSD, a ter lugar no dia 13 de fevereiro, domingo, pelas 17h00, na sede do PSD Distrital de Castelo Branco, sita em Rua Prior de Vasconcelos, nº 34 – Loja 1 – R/c, 6000-265 Castelo Branco, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Aprovação da ata do IV Conselho Distrital;
- 2 – Informações e análise dos resultados das eleições legislativas;
- 3 – Eleição dos Delegados da JSD à Assembleia Distrital do PSD, nos termos da al. d) do art.º 61.º dos Estatutos Nacionais da JSD.
- 4 – Discussão e Votação do local, data, horário e Regulamento do VI Congresso Distrital, bem como o Cronograma e a composição da Comissão Organizadora, sob proposta da CPD, nos termos da al. f) do art.º 61.º dos Estatutos Nacionais da JSD.

Nota: As urnas estarão abertas das 17:00 às 19:00.

As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Conselho Distrital ou a quem a substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorrerá na sede do PSD Distrital de Castelo Branco, sita em Rua Prior de Vasconcelos, nº 34 – Loja 1 – R/c, 6000-265 Castelo Branco.

ANADIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD ANADIA, para reunir no dia 14 de janeiro de 2022, pelas 21:00 horas, na sede concelhia, sita na Alameda dos Bombeiros Voluntários, Edifício Complexo das Fontes - B1, 1º andar, sala B, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações e Balanço de atividades;
- 2 – Turismo em Anadia - Natal;
- 3 – Outros assuntos.

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do concelho de Castelo Branco para o Plenário Concelhio da JSD Castelo Branco, a reunir no próximo dia 15 de janeiro, pelas 10h30, através da plataforma zoom (os dados de acesso serão remetidos por e-mail), com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise das Eleições Autárquicas 2021;
- 2 – Deliberação e votação do Plano de Atividades para 2022;
- 3 – Análise da situação política local e nacional.

FELGUEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD FELGUEIRAS, para reunir no dia 15 de janeiro de 2022, pelas 14h30 horas, na modalidade presencial, na sede concelhia, sita na Rua Luís de Camões – Loja- R/C, 4610 – 196 Felgueiras com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações e Balanço de atividades;
- 2 – Análise da situação política;
- 3 – Outros assuntos.

Nota: Devido aos condicionamentos impostos pela situação de pandemia de covid-19, qualquer alteração à modalidade e/ou local do plenário será devidamente comunicada em tempo útil aos militantes. São aplicáveis todas as normas de saúde obrigatórias.

CONVOCATÓRIAS

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o plenário Concelhio da JSD de Leiria, para reunir no próximo dia 05 de Fevereiro de 2022 (sábado), pelas 15 horas, na sede do PSD de Leiria, sita na Rua Dr. José Jardim, n.º 32, 2400-137 Leiria, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do plenário Concelhio da JSD de Leiria.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do plenário Concelhio da JSD de Leiria, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na sede da Concelhia na Rua Dr. José Jardim, n.º 32, 2400-137 Leiria.

OURÉM

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis em vigor, convoca-se todos os militantes da concelhia de Ourém para a realização de um plenário eleitoral a decorrer no próximo dia 22 de janeiro de 2022, na sede concelhia de Ourém, sita na R. Dr. Carlos Vaz de Faria e Almeida 31, 2490-499 Ourém, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política da JSD Ourém.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua estatutariamente, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na sede concelhia de Ourém, sita na R. Dr. Carlos Vaz de Faria e Almeida 31, 2490-499 Ourém, respeitando os estatutos nacionais e demais regulamentos da JSD. O ato eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 17h00.

ERRATA ELEIÇÕES DELEGADOS

Concelhia	Endereço Postal	Dia Hora limite da entrega de listas	Dia Hora do ato eleitoral
Abrantes	Rua de São Pedro, 22 - 1ªA 2200 - 398 Abrantes	05 de janeiro 23h59	08 de janeiro 15h/17h
Alcanena	Rua do Conde, 38 - 1º 2350-421 Torres Novas	05 de janeiro 23h59	08 de janeiro 15h/17h
Almeirim	Rua do Colégio Militar, n.º 26 – 1 Andar H, 2000-230 Santarém	05 de janeiro 23h59	08 de janeiro 15h/17h
Alpiarça	Rua do Colégio Militar, n.º 26 – 1 Andar H, 2000-230 Santarém	05 de janeiro 23h59	08 de janeiro 15h/17h
Benavente	Rua Serpa Pinto, 32A - 1ºDto 2070-116 Cartaxo	05 de janeiro 23h59	08 de janeiro 15h/17h
Cartaxo	Rua Serpa Pinto, 32A - 1ºDto 2070-116 Cartaxo	05 de janeiro 23h59	08 de janeiro 15h/17h
Constância	Rua de São Pedro, 22 - 1ªA 2200 - 398 Abrantes	05 de janeiro 23h59	08 de janeiro 15h/17h
Chamusca	Rua do Colégio Militar, n.º 26 – 1 Andar H, 2000-230 Santarém	05 de janeiro 23h59	08 de janeiro 15h/17h
Coruche	Rua Serpa Pinto, 32A - 1ºDto 2070-116 Cartaxo	05 de janeiro 23h59	08 de janeiro 15h/17h
Entroncamento	Rua do Conde, 38 - 1º 2350-421 Torres Novas	05 de janeiro 23h59	08 de janeiro 15h/17h
Ferreira do Zêzere	Rua da Fábrica da Fiação, 57A, Loja R/C Dto 2300-465 Tomar	05 de janeiro 23h59	08 de janeiro 15h/17h
Golegã	Largo 5 de Outubro, 41 2150-124 Golegã	05 de janeiro 23h59	08 de janeiro 15h/17h
Mação	Rua de São Pedro, 22 - 1ªA 2200 - 398 Abrantes	05 de janeiro 23h59	08 de janeiro 15h/17h
Ourém	Rua Dr. Carlos Vaz Faria de Almeida, 31 - 1ºDto 2490-547 Ourém	05 de janeiro 23h59	08 de janeiro 15h/17h
Rio Maior	Av. Paulo VI, Lote 102 - 1ºDto 2040-325 Rio Maior	05 de janeiro 23h59	08 de janeiro 15h/17h
Salvaterra de Magos	Rua Serpa Pinto, 32A - 1ºDto 2070-116 Cartaxo	05 de janeiro 23h59	08 de janeiro 15h/17h
Santarém	Rua do Colégio Militar, n.º 26 – 1 Andar H, 2000-230 Santarém	05 de janeiro 23h59	08 de janeiro 15h/17h
Sardoal	Rua de São Pedro, 22 - 1ªA 2200 - 398 Abrantes	05 de janeiro 23h59	08 de janeiro 15h/17h
Tomar	Rua da Fábrica da Fiação, 57A, Loja R/C Dto 2300-465 Tomar	05 de janeiro 23h59	08 de janeiro 15h/17h
Torres Novas	Rua do Conde, 38 - 1º 2350-421 Torres Novas	05 de janeiro 23h59	08 de janeiro 15h/17h
Vila Nova da Barquinha	Rua da Fábrica da Fiação, 57A, Loja R/C Dto 2300-465 Tomar	05 de janeiro 23h59	08 de janeiro 15h/17h

RATEIO DELEGADOS

Concelhia	Maiores Suspensos	Maiores Ativos	Maiores	Menores	Total	Delegados por cada 15	1.º Rateio	1.º Total
Santarém	144	73	217	9	226	1	19	20
Rio Maior	52	69	121	1	122	1	10	11
Benavente	108	9	117	0	117	1	9	10
Ourém	52	28	80	1	81	1	6	7
Tomar	24	41	65	0	65	1	5	6
Almeirim	49	7	56	1	57	1	4	5
Golegã	26	21	47	0	47	1	4	5
Cartaxo	30	13	43	2	45	1	3	4
Abrantes	19	17	36	0	36	1	3	4
Ferreira do Zêzere	22	13	35	0	35	1	2	3
Torres Novas	13	15	28	0	28	1	2	3
Alcanena	0	22	22	0	22	1	1	2
Salvaterra de Magos	1	11	12	0	12			
Chamusca	9	3	12	0	12			
Coruche	5	3	8	1	9			
Entroncamento	1	7	8	0	8			
Mação	2	5	7	0	7			
Sardoal	2	3	5	0	5			
VN Barquinha	0	1	1	0	1			
						68	68	80